

EXPANSÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE AUTISMO NA EDUCAÇÃO

Deise Priscila Delagnolo¹

Celso Kraemer²

RESUMO

A pesquisa que se apresenta neste trabalho investiga a rápida expansão de diagnósticos de autismo na educação. O objeto de estudo são os saberes sobre o autismo. Revisa-se sob a perspectiva de Michel Foucault, temas como: as condições de possibilidade para as formações discursivas dos saberes/poderes no entorno da patologização da loucura, as contribuições de Georges Canguilhem acerca da noção de normalidade/anormalidade, os saberes sobre o autismo desde sua primeira menção em 1911 pelo médico Eugen Bleuler, bem como o percurso da formação de saberes sobre o autismo até nossos dias. O objetivo geral é compreender, a partir da explosão de diagnósticos e laudos, os saberes presentes em tais laudos e nos encaminhamentos feitos por professores sobre o autismo, em uma instituição de educação especial de um município do Vale do Itajaí, SC. Os objetivos específicos são: explicitar os saberes produzidos sobre o autismo; Identificar as características dos saberes expressos nos laudos e encaminhamentos feitos por professores sobre autismo; Problematicar a explosão de laudos de autismo frente aos saberes do diagnóstico e dos relatórios de encaminhamento feitos pelos professores. O corpus documental são laudos de autismo e encaminhamentos feitos por professores, guardados em um centro de atendimento especializado de uma secretaria de educação de um município do Vale do Itajaí, SC. A metodologia segue a proposta de Michel Foucault em uma abordagem arqueológica e genealógica, buscando conhecer os saberes/poderes e as rupturas discursivas no entorno do objeto elencado. Os resultados preliminares demonstram prevalência dos saberes psiquiátricos, em específico do Manual Estatístico de Doenças Mentais (DSM – 5) nos saberes dos laudos. Também são observadas influências das políticas educacionais inclusivas na produção dos saberes sobre o autismo nos laudos. Nos relatórios de encaminhamentos dos professores vê-se a influência dos problemas de aprendizagem, sociabilidade, linguagem, inicialmente também corroborados com o manual citado anteriormente.

Palavras-chave: Educação, Expansão dos diagnósticos de autismo, saber/poder, Manual Estatístico de Doenças Mentais - DSM, Políticas educacionais inclusivas.

INTRODUÇÃO

Na última década, observou-se um aumento expressivo nos diagnósticos de autismo, fenômeno perceptível não apenas em breves análises das redes sociais, mas também na abertura de clínicas especializadas e nas discussões que atravessam os

¹ Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, ddelagnolo@gmail.com;

² Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, kraemer250@gmail.com;



contextos familiares e educacionais. Essa constatação se consolida de maneira mais objetiva quando examinamos os dados da Educação Especial no Brasil.

Em 2012, havia 20.511 estudantes matriculados na educação especial brasileira com diagnósticos de autismo, enquanto em 2022 este número saltou para 405.056 (INEP, 2022). Dados recentes indicam que em 2024 o número de estudantes com diagnósticos de autismo na educação especial brasileira saltou de 636.202 para 918.877 (INEP, 2025).

Esta expansão diagnóstica consolida a pergunta desta pesquisa: Por que este aumento expressivo de diagnósticos de autismo na educação? Para responder a este questionamento se utilizou da inspiração genealógica dos estudos do filósofo Michel Foucault, analisando documentos educacionais (laudos de estudantes com diagnóstico de autismo, encaminhamentos feitos por professores para a instituição de educação especial, políticas inclusivas), de modo a analisar os enunciados discursivos presentes nos documentos que possibilitassem compreender a expansão dos diagnósticos de autismo.

A leitura do referencial foucaultiano nos foi fundamental, pois permitiu compreender como o saber/poder psiquiátrico emerge como discurso de normalização e controle, indicando, por exemplo, na psiquiatria moderna, um conjunto de sinais e sintomas passíveis de patologização em saúde mental e posteriormente de enquadramento para um número cada vez maior de pessoas (Foucault, 2006, Frances, 2016).

Diante disto o objetivo geral da pesquisa foi compreender as conexões entre os saberes sobre autismo expressos no Manual Estatístico de Doenças Mentais (DSM - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), nos diagnósticos sobre alunos, nos encaminhamentos feitos por professores, nas políticas nacionais e estaduais inclusivas e a explosão de laudos sobre autismo nos últimos anos. Os objetivos específicos a) explicitar a trajetória histórica dos saberes produzidos sobre o autismo; b) identificar as características dos saberes sobre autismo expressas nas diferentes versões do DSM, c) confrontar estes saberes com os que aparecem nos encaminhamentos feitos por professores, os que aparecem nos diagnósticos/laudos expedidos por médicos especializados, bem como os saberes sobre autismo que perpassam os documentos das políticas educacionais inclusivas; d) problematizar as possíveis conexões entre as características dos saberes sobre autismo expressos nos documentos analisados com a expansão dos critérios de diagnósticos de autismo promovido pelos DSMs, prioritariamente o DSM-5 e a explosão de laudos.

A análise dos dados revela a supremacia dos saberes dos DSMs no documentos analisados e nos permitem compreender como o saber/poder psiquiátrico atua no controle



e normalização de estudantes, indicando, na atualidade a expansão dos diagnósticos pelo usos de seus mecanismos de gestão da vida.

METODOLOGIA

O método adotado na pesquisa teve como inspiração a genealogia desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault. A inspiração genealógica baseia-se na análise das rupturas discursivas e na análise dos enunciados presentes nas formações discursivas.

Se realizou análise de documentos de uma instituição de gestão da educação especial de um município do Vale do Itajaí/SC. A utilização de documentos faz referência aos estudos e práticas foucaultianas que enfatizam os documentos como monumentos históricos, buscando os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras, as formações discursivas (Foucault, 2008).

A base da pesquisa consiste na análise dos saberes presentes nos documentos, compreendendo-os como enunciados de discursos de poder que se entrelaçam a outros discursos, produzindo formas de saber e de controle sobre os objetos (Foucault, 2008).

Com o objetivo de compreender os saberes presentes na expansão de diagnósticos de autismo na educação atual, analisamos 215 laudos de estudantes diagnosticados com autismo, 35 relatórios de encaminhamentos feitos por professores e 4 políticas inclusivas, duas delas específicas da educação

REFERENCIAL TEÓRICO

Como enunciado anteriormente, as ferramentas desta pesquisa basearam-se metodologicamente nos estudos desenvolvidos por Michel Foucault. Além de suas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa, também tomamos seus estudos sobre *Os Anormais* e *O Poder psiquiátrico* fundamentais para as compreensões teóricas da pesquisa. Georges Canguilhem – orientador da tese de doutorado de Michel Foucault – também é utilizado, tomando como referência seus estudos epistemológicos sobre normalidade e patologia.

Ao final se articula a expansão de diagnósticos com contribuições de pesquisadores contemporâneos que produzem análises críticas sobre mecanismos de



identificação e classificação de condutas, por exemplo, o DSM enquanto mecanismos de saber/poder da psiquiatria, dentre eles: Sandra Noemi Caponi e Christian Dunker.

A noção de normalidade e patologia é discutida por Canguilhem (2009). Para o epistemólogo a normalidade possui uma característica distinta da que estamos habituados tomar. Normalidade nos estudos do médico e filósofo se refere a capacidade do vivente, do ser humano de adaptar-se as mudanças e exigências de seu meio, assim “normal é adaptar-se”.

Dito isto, patologia para Canguilhem seria o inverso da noção de adaptação, ou seja, a incapacidade de vivente em produzir normas de vida diante das exigências de seu meio o colocaria em estado de patologia, diante da necessidade de sua sobrevivência.

Portanto, devemos dizer que o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma. A doença é ainda uma norma de vida, mas uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes (Canguilhem, 2008, p. 59).

Essas considerações muito provavelmente influenciaram os estudos de Foucault no curso *Os anormais no Collège de France em (1974-1975)* onde o filósofo nos mostra como o poder de normalização atua excluindo aqueles que diferentes formações discursivas tomam como desviantes, incorrigíveis. Foucault mostra que no século XVIII indivíduos como os masturbadores, mulheres, crianças com dificuldades em instituições foram perseguidos com as premissas da normas.

Enfim, vocês estão vendo que não se trata de uma marcação definitiva de uma parte da população; trata-se do exame perpétuo de um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme à regra, à norma de saúde que é definida (Foucault, 2001, p. 58).

Dito isto, é por meio do estabelecimento de uma norma de conduta, de classificação e adaptação que o saber/poder psiquiátrico passa a atuar no discursos, principalmente após a emergência da psiquiatria como campo do patológico, do que Foucault (2006) denominou de medicina do não-patológico. Para o filósofo a psiquiatria emerge sob o pressuposto de validar-se enquanto campo da medicina clínica geral, tentando utilizar seus métodos científicos, a saber as classificações das espécies.

Contudo, o que Foucault nos ensina no curso *O poder psiquiátrico* é que a psiquiatria, apesar de seus esforços, não conseguiu se equivaler ao campo científico da



medicina clínica geral, estabelecendo-se enquanto discurso normalizador de condutas humanas, ditando aqueles que seriam tratados ou excluídos por seus saberes.

Esta breve retomada histórica nos faz compreender como a psiquiatria passa a depender da norma e de um conceito de poder, ambos criados nas próprias formações discursivas para sustentar suas práticas. Contudo, em um nível de fragilidade epistemológica, se pode compreender que enquanto campo médico-científico a psiquiatria em muito se distancia de pressupostos epistemológicos válidos, conforme Foucault (2006) nos ensina sobre as premissas do corpo ampliado e da anatomopatologia.

Na educação brasileira, uma breve retomada de sua história nos faz compreender como suas matrizes se deram em bases médicas e biológicas. A educação brasileira emerge enquanto espaço de tratamento das técnicas higiênicas, consumando o que Martins (2022) denomina de pedagogia científica, assim servindo-se de saberes especializados para identificar e classificar os escolares com dificuldades de aprendizagem, por exemplo.

Este modelo médico-higienista na educação faz compreender suas matrizes médicas e a possível tendência de classificar, hierarquizar e examinar as condutas dos desviantes (Martins, 2022; Portocarrero, 2004).

A sanção é normalizadora porque faz funcionar a disciplina através do estabelecimento da norma, da medida que permite avaliar e julgar, normalizando por meio da comparação, da diferenciação, da hierarquização, da homogeneização e da exclusão. A partir do século XVIII, o normal se estabelece como princípio de coerção no ensino com a instauração de uma educação padronizada e a criação das escolas normais (Portocarrero, 2004, p. 174).

Diante do exposto, pode-se pensar a expansão dos diagnósticos médico-psiquiátricos na educação atual como uma espécie de reatualização das matrizes médicas e classificatórias, vinculadas a modos de saber/poder imersos em instrumentos de normalização, como os manuais psiquiátricos criados no final do século XIX e que ganham intensa difusão a partir da década de 1980 no Brasil. Esses instrumentos indicam sinais e condutas a serem normalizados em autistas e não autistas, influenciados recentemente pela noção de espectro, que, por exemplo, inclui uma ampla gama de sinais e sintomas considerados normais e anormais.

Esta perspectiva é estudada por autores como Caponi (2012, 2014) e Dunker (2014) que fortemente nos ensinam sobre a psiquiatria ser uma modo de estrita classificação e



generalização de condutas comuns, de condutas extremamente passíveis de diagnósticos.

Os mecanismos que permitem pensar o DSM como estratégia biopolítica são de três tipos. O primeiro é a existência inevitável de fronteiras difusas e pouco claras entre normalidade e patologia psiquiátrica. O que cria um território sem limites epistemológicos definidos, sem marcadores, nem testemunhas confiáveis. É justamente essa ambiguidade que permite a crescente multiplicação de diagnósticos psiquiátricos (Caponi, 2014, p. 751).

Estas considerações teóricas possibilitam que compreendamos como a psiquiatria passa a ser um discurso de saber/poder na educação, principalmente no Brasil, atuando sobre o normal e o patológico no interior das escolas, designando os autistas dos não-autistas pelo uso e atribuição de sinais e sintomas anormais classificáveis em um espectro generalizante pelo uso do DSM-5.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos laudos feitos por profissionais da saúde, permitiu compreender que o saber que prevalece nestes documentos é o da psiquiatria. Os diagnósticos indicam nomeações presentes nos DSMs, tais como: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do espectro Autista em níveis de suporte. As categorizações diagnósticas baseiam-se nos eixos do DSM-5 com enunciados relacionados a atrasos na aquisição da linguagem e comportamentos repetitivos. Os encaminhamentos para a educação indicam noções de adaptação e integração, referindo-se a noções de inclusão.

Os encaminhamentos feitos por professores também indicam enunciados do DSM-5, com questões relacionadas a atrasos na aquisição da linguagem, isolamento, dificuldade de interação, necessidade de apoio para aprendizagem.

A análise das políticas, que fecha a triangulação dos dados analisados na pesquisa documental, também se assenta no referencial nos saberes do DSM, principalmente em suas sessões destinadas a seus públicos-alvo. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) se refere ao DSM IV, a Lei Berenice Piana, embora seja de 2012 já apresenta as construções dos saberes presentes no DSM 5, a lei de educação especial do estado de Santa Catarina também se baseia nas enunciações do saber/poder psiquiátrico, DSM-IV. A única legislação que não se utiliza diretamente



dos saberes do DSM-5 é a Lei Brasileira de Inclusão, esta legislação enuncia seu público-alvo na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde.

Os resultados elencados permitem compreender como o engendramento do saber/poder psiquiátrico age, nos documentos educacionais, como mecanismo de classificação e multiplicação de diagnósticos, d’onde, por exemplo, a imersão de saberes passíveis de generalização e flexibilidade diagnóstica intentam a expansão de diagnóstico em saúde mental, fato que se observa no autismo.

Contudo, mesmo com as características genéricas dos diagnósticos feitos pelos DSMs, também se pôde identificar que a especificidade da noção de espectro no DSM-5 englobando um sem-número de sinais e sintomas constitui-se o que se pode pensar como uma “*spectralização*” do autismo, a saber, a quantidade de sinais e sintomas presentes seria passível de generalização do diagnóstico para um vasto número de pessoas e estudantes.

A pesquisa conclui que, além da possibilidade de flexibilização diagnóstica presente no saber/poder psiquiátrico, outros fatores influenciaram na expansão dos laudos: a noção de afrouxamento dos sinais e sintomas do espectro; o modelo das políticas inclusivas, ao possibilitarem benefícios financeiros, educacionais e de reconhecimento social potencializam o anseio das famílias por laudos. Tudo isto parece ter contribuído para o que se podem compreender como uma espécie triangulação de fatores na expansão de diagnósticos de autismo na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de normalidade e anormalidade foi fundamental para elaborarmos como a psiquiatria emerge como discurso de saber/poder que se utiliza do que Foucault (2001) denominou poder de normalização.

Os estudos teóricos mostraram como mecanismos de saber/poder passar a atuar, identificando, classificando, hierarquizando condutas, principalmente na educação.

Os resultados da pesquisa demonstram que, apesar da característica de contra conduta das políticas inclusivas brasileiras, ou seja, que atuam sob a égide de diversidade e pertencimento das diferenças na educação, a indicação de seus públicos-alvo baseiam-se prioritariamente no discurso da psiquiatria, fazendo-nos interrogar: É inclusão de



estudantes diversos na educação ou processo de adaptação e integração de anormalidades em instituições educacionais?

O questionamento lançando pretende, assim, indicar futuras pesquisas sobre a temática, tanto aquelas que intentam ao saber/poder psiquiátrico na educação, quanto suas especificidades em uma educação que se pretende inclusiva, mas que classifica diversidades com nomes patológicos.

REFERÊNCIAS

CAPONI, Sandra. A propósito das classificações psiquiátricas: O DSM e suas dificuldades. **Grandes Temas do Conhecimento**. Mythos Editora, São Paulo, 2015.

CAPONI, Sandra. O DSM-V como dispositivo de segurança. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, p. 741-763, 2014.

DA SILVA, Rosane Neves et al. “Anormais escolares”. **Interface-Comunic., Saúde, Educ**, v. 14, n. 33, p. 401-10, 2010.

DUNKER, C. I. L. Questões entre a psicanálise e o DSM. **J. Psicanal.**, São Paulo, v. 47, n. 87, dez, p. 79-107, 2014.

FRANCES, Allen. **Voltando ao normal**. Rio de Janeiro: versal editores, 2016.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília: Inep, 2022.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília: Inep, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília: Inep, 2024.

FOUCAULT, MICHEL. **A arqueologia do saber**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

MARTINS, Samira. “Educar é Higienizar”: as diretrizes do ensino de Higiene nas Escolas Normais paulistas e o papel do professor no livro de Biologia Educacional. **Epígrafe**, v. 11, n. 1, p. 259-285, 2022.

PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, 2004.

